

**PARECER PRELIMINAR DE PLENÁRIO PELA COMISSÃO DE  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.176, DE 2025**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências) para aumentar as penas nos casos de homicídio e lesão corporal contra agentes do Estado, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Os artigos 121 e 129, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 121.....

.....

**Homicídio de agentes do Estado**

§ 2º-D. Se o homicídio é cometido contra:

- a) integrante das instituições descritas nos artigos 142 e 144, da Constituição Federal, contra servidores públicos do Sistema Único de Segurança Pública, nos termos do art. 9º, § 2º, da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, do sistema socioeducativo, no



exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, em razão dessa condição;

- b) membro do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública ou da Advocacia Pública, de que tratam os arts. 131 e 132 da Constituição Federal, ou oficial de justiça, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, em razão dessa condição.

Pena – reclusão, de 20 (vinte) a 40 (quarenta) anos.

§ 2º-E. Nas mesmas penas incorre aquele que cometer o homicídio contra inativo ou aposentado das instituições, órgãos e carreiras de que trata o § 2º-D, em razão das funções.” (NR)

.....  
.....

“Art.  
129. ....  
.....

**Lesão corporal contra agentes do Estado**

§14 Se a lesão for praticada contra:

- a) integrante das instituições descritas nos artigos 142 e 144, da Constituição Federal, contra servidores públicos do Sistema Único de Segurança Pública, nos termos do art. 9º, § 2º, da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, do sistema socioeducativo, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por



afinidade, até o terceiro grau, em razão dessa condição;

- b) membro do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública ou da Advocacia Pública, de que tratam os arts. 131 e 132 da Constituição Federal, ou oficial de justiça, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, em razão dessa condição.

Pena – reclusão, de 02 (dois) a 05 (cinco) anos.

§15 Se as circunstâncias são as indicadas no §14 deste artigo, aplica-se a pena de:

I - reclusão, de 03 (três) a 08 (oito) anos, para os casos previstos no § 1º deste artigo;

II - reclusão, de 04 (quatro) a 12 (doze) anos, para os casos previstos no §2º deste artigo;

III - reclusão, de 08 (oito) a 20 (vinte) anos, para os casos previstos no § 3º deste artigo.

§ 16 Nas mesmas penas incorre aquele que cometer a lesão contra inativos ou aposentados das instituições, órgãos e carreiras previstas no § 14, em razão das funções, consideradas as circunstâncias de que trata o § 15.” (NR)

.....  
.....

**Art. 2º** A Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:



11

“Art.

1º

I - homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por 1 (um) só agente, e homicídio qualificado (art. 121, §§ 2º, 2º-D e 2º-E);

I-A – as lesões corporais dolosas de natureza gravíssima (art. 129, § 2º) e as lesões corporais seguidas de morte (art. 129, § 3º), quando cometidas nas dependências de instituição de ensino ou quando praticadas contra agentes do Estado referidos nos §§ 14 e 16 do art. 129.” (NR)

**Art. 3º** Revogam-se os seguintes dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal):

- I – inciso VII do §2º do art. 121;
- II – alínea ‘a)’, do inciso VII do §2º do art. 121;
- III – alínea ‘b)’, do inciso VII do § 2º do art. 121;
- IV - alínea ‘a)’, do inciso I do § 12º do art. 129;
- V – alínea ‘b)’, do inciso I do § 12º do art. 129.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em        de outubro de 2025.

**Deputado ALFREDO GASPAR**

**Relator**

